

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
DE 22 DE MARÇO DE 2016**

*(ATA LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, COMO FACULTA O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 6.404/76)*

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2016, às 10:00 horas, na sede social da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Edifício Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002.
  
- 2. PRESENÇA:** Foram cumpridas, no Livro de Presença de Acionistas, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"). Compareceram à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária acionistas representando 86,12% (oitenta e seis vírgula doze por cento) do capital social total da Companhia. Presentes também o representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Sr. Ribas Gomes Simões inscrito no CRC n. 1 SP 289690/O-0, e o diretor da Companhia, o Sr. Sérgio Garrido Cincurá.
  
- 3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** *(i)* O Edital de Convocação da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi publicado nos dias 02, 03 e 04 de março de 2016, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas páginas 31, 142 e 138, respectivamente, e no jornal "Diário Comercial", nas páginas 04 nos três dias. *(ii)* os documentos de que trata o artigo 133 da LSA, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, quais sejam, o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, foram publicados no dia 20 de fevereiro de 2016, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas páginas 09, 10 e 11, respectivamente, e no jornal "Diário Comercial", nas páginas 11 e 12, respectivamente, sendo que os documentos de que tratam os artigos 9, 10, 11, 12 e 14 da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("IN CVM 481") foram devidamente apresentados à CVM por meio do Sistema Empresas.net em 19 de fevereiro de 2016.

**4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, Presidente e Sr. Natália Kairuz de Aguiar Silva, Secretária.

**5. ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária:** *(i)* Apreciar as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; *(ii)* Deliberar sobre a revisão e aprovação de orçamento de capital para o exercício social de 2016; *(iii)* Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; *(iv)* Deliberar sobre o número de assentos no Conselho de Administração para o próximo mandato e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; *(v)* Deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** *(vi)* Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais); e *(vii)* Deliberar sobre a alteração do prazo de vigência do mandato dos membros do Conselho de Administração e consequentemente dos Diretores, de 1 (um) para 3 (três) anos; *(viii)* Deliberar sobre a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso reste aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia, conforme descrita no item (vi) acima, e a alteração da vigência dos mandatos da administração conforme item (vii) acima, com a consequente alteração dos Artigos 5º 7º do Estatuto Social da Companhia.

**6. DELIBERAÇÕES:** Foram aprovados, após debates e discussões:

**I. Em Assembleia Geral Ordinária:**

*(i)* por unanimidade dos presentes, não computados os votos dos legalmente impedidos, as contas da diretoria e o relatório anual da administração da Companhia, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, publicados conforme mencionado no item 3 (“Convocações e Publicações Prévias”) acima, devidamente auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, conforme parecer datado de 19 de fevereiro de 2016;

*(ii)* por unanimidade dos presentes, a revisão e aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2016, no valor de R\$10.392.733,93 (dez milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).

*(iii)* por unanimidade dos presentes, não computados os votos dos legalmente impedidos, que o “**Lucro Líquido do Exercício**” da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de

2015, no montante de R\$14.586.293,24 (quatorze milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos), tenha a seguinte destinação: **(a)** R\$729.314,66 (setecentos e vinte e nove mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos) para constituição de Reserva Legal, nos termos do Artigo 193 da LSA e do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia; **(b)** distribuição de dividendos no valor total de R\$3.464.244,64 (três milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) sendo: **(b.1)** R\$2.309.493,33 (dois milhões, trezentos e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) distribuídos para os titulares de ações preferenciais como dividendo mínimo, nos termos do Artigo 5º, §3º, alínea (a), do Estatuto Social da Companhia; e **(b.2)** R\$1.154.751,31 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos) para os titulares de ações ordinárias da Companhia, nos termos do Artigo 33 do Estatuto Social da Companhia. Os dividendos correspondem a **R\$9,3095075608** por ação (ordinária ou preferencial). Os dividendos serão pagos a partir de abril de 2016 e dentro do exercício social de 2016, nos termos do respectivo Aviso aos Acionistas a ser divulgado oportunamente, sendo que as ações da Companhia serão negociadas *ex-dividendos* a partir de amanhã, inclusive; e **(d)** o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de R\$10.392.733,93 (dez milhões, trezentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos) será transferido à conta de Reserva de Retenção de Lucros, com base no orçamento de capital para o exercício social de 2016, aprovado conforme descrito no item (ii) das Deliberações acima, nos termos do artigo 196 da LSA;

**(iv)** por unanimidade dos presentes, não computados os votos dos legalmente impedidos, aprovar manutenção da composição do Conselho de Administração da Companhia, da seguinte forma: 3 (três) membros, mediante a reeleição, nos termos do Estatuto Social, dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, os quais serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse no livro próprio: (a) Dr. **Adolpho Lindenberg**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 660.063-7 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.442.108-10, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na sede social da Companhia, ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) Dr. **Adolpho Lindenberg Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.289.745-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.219.258-76, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na sede social da Companhia, ocupando o cargo de membro do Conselho de Administração; e (c) Dr. **Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira**, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/SP nº 9.708, da Cédula de Identidade RG nº 1.175.329 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 291.172.838-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itaqueri nº 131, que ocupará o cargo de membro do Conselho de Administração.

Os conselheiros ora eleitos permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos, conforme vier a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2018, nos termos da proposta de alteração do Estatuto Social do item (vii) abaixo. Todos os conselheiros eleitos declararam, para os efeitos legais, ter conhecimento do artigo 147 da LSA e, conseqüentemente, não se enquadram em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no referido artigo que os obstem de exercer as funções de administradores da Companhia. O Presidente da Mesa informou, ainda, que os conselheiros eleitos apresentaram currículo, bem como declaração, para arquivo na sede da Companhia, cumprindo as formalidades exigidas na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002; e

(v) por unanimidade dos presentes, não computados os votos dos legalmente impedidos, a proposta para a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, em até R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016, conforme artigo 152 da LSA, sendo certo que tal valor poderá ser reajustado de acordo com o dissídio da categoria da construção civil do Estado de São Paulo, competindo ao Conselho de Administração distribuir essa importância entre seus membros e os membros da diretoria da Companhia.

## II. Em Assembleia Geral Extraordinária:

(vi) por unanimidade dos presentes, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), sem a emissão de novas ações, a ser totalmente integralizado mediante a capitalização de parte da Reserva de Retenção de Lucros, nos termos dos artigos 169 e 199 da LSA.

Desta forma, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) para R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido entre 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais. Fica alterado o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando referido artigo a vigorar com a seguinte nova redação:

*“Artigo 5º - O capital social é de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.  
(...)”*

**(vii)** por unanimidade dos presentes, não computados os votos dos legalmente impedidos, os Acionistas aprovam a alteração do prazo de vigência do mandato dos membros do Conselho de Administração de 1 (um) para 3 (três) anos. A presente alteração implicará também a alteração do prazo de vigência do mandato dos membros da Diretoria, pois nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social, os Diretores serão eleitos com a composição mencionada no Parágrafo Segundo do Artigo 6º do Estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico.

Assim, fica alterado o artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, passando referido artigo a vigorar com a seguinte nova redação:

*“Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. “*

**(viii)** Tendo em vista a alteração dos artigos 5º e 7º do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada a consolidação do Estatuto Social, que compõe o Anexo I a esta ata.

Os acionistas aprovam a lavratura da presente ata em forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da LSA.

**7. ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS E LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Não havendo mais nada a ser tratado, a assembleia foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme é assinada por todos os presentes..

Mesa:

---

Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira  
Presidente

---

Natália Kairuz de Aguiar Silva  
Secretária

Representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes:

Administrador da Companhia:

---

Ribas Gomes Simões.

---

Sergio Garrido Cincurá

Acionistas Presentes:

---

Adolpho Lindenberg

---

Adolpho Lindenberg Filho

---

Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira

---

LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A

**CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ nº 61.022.042/0001-18

NIRE nº 35.300.067.827

**ANEXO I**

**ESTATUTO SOCIAL ALTERADO E CONSOLIDADO  
conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
realizada em 22 de março de 2016**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVO SOCIETÁRIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º - A CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG é uma sociedade anônima de capital aberto, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade mantém sua sede social e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Joaquim Floriano, 466, Edifício Corporate, 2º andar – Bairro Itaim Bibi – CEP 04534-002.

Parágrafo Único - A critério do Conselho de Administração, a sociedade poderá instalar manter e extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos, sucursais e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desempenho de suas atividades, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, mediante autorização desse órgão à Diretoria para as providências cabíveis, fazendo-se, inclusive, os respectivos destaques da parte do Capital social que se afigurarem necessários.

Artigo 3º - A sociedade tem por objetivos sociais:

- a) compra e venda de imóveis;
- b) locação;
- c) desmembramento ou loteamento de terrenos;
- d) incorporação imobiliária; e
- e) construção de imóveis destinados à venda.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais e estatutárias.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

Artigo 5º - O capital social é de R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais), dividido em 124.040 (cento e vinte e quatro mil e quarenta) ações ordinárias e 248.079 (duzentas e quarenta e oito mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembleias Gerais, ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais não terão direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a sociedade poderá a qualquer tempo propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até dois terços (2/3) do total do capital social.

Parágrafo Terceiro - Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens:

- a) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% (seis e meio por cento) sobre o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, ou a participação proporcional de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, prevalecendo o valor maior;
- b) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem ao mínimo estabelecido na letra "a" deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária;
- c) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, participando também, proporcionalmente, no valor patrimonial, no caso de liquidação da sociedade.

Parágrafo Quarto - É facultada aos acionistas a livre negociação de suas ações a qualquer tempo.

Parágrafo Quinto - As ações serão representadas por certificados, observadas as formalidades do artigo 24 da lei 6.404/76.

Parágrafo Sexto - A distribuição das ações decorrentes de aumento do capital social efetivar-se-á dentro de 60 (sessenta) dias contados da data da ata da Assembleia Geral que aprovar o respectivo aumento, observadas as determinações legais.

### **CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIA**

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente.

Parágrafo Segundo A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado.

a) Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria.

b) As funções de Diretor técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais.

c) Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "b".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida do parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembleia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de 3 (três) anos, expirando-se na data da Assembleia Geral Ordinária do terceiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente.

Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim.

Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes.

Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) eleger e destituir os diretores da sociedade;
- c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e das contas da Diretoria;
- f) deliberar sobre a emissão de ações;
- g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a participação nos lucros da sociedade;
- i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência;
- j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais dos Acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembleia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria.

Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico.

Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros.

Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores.

Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais.

Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar, presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A Sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto.

Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: (i) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; (ii) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte.

Parágrafo Único - Os mandatos "ad judícia" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 15º - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade.

Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

#### **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no país, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembleia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais a cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções.

Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

#### **CAPÍTULO V - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

Artigo 20º - A Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão soberano da sociedade e tem poderes e atribuições conferidos em lei, a qual regerá o modo de sua convocação.

Artigo 21º - A Assembleia Geral será convocada e presidida, normalmente, pelo Presidente do Conselho de Administração o qual escolherá, entre os presentes, o seu Secretário, compondo-se assim a Mesa diretora dos trabalhos.

Artigo 22º - Só poderão participar das Assembleias Gerais os acionistas constantes, até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização das mesmas, da relação de acionistas.

Artigo 23º - A Assembleia Geral será instalada na sede da sociedade, salvo motivo de força maior, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único - Nas exceções previstas em lei, o quorum será o determinado pela mesma.

Artigo 24º - Os acionistas presentes à Assembleia Geral, antes de sua abertura, deverão assinar o Livro de Presença, depois de haverem provado sua qualidade de acionistas pelas formas legalmente permissíveis.

Artigo 25º A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á dentro do primeiro quadrimestre subsequente ao encerramento do exercício social.

Artigo 26º Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser instalada em caráter extraordinário, podendo se realizar, inclusive, concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária.

## **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS, DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS**

Artigo 27º O exercício social da Empresa iniciar-se-á em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 28º - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará com que se elabore, com a observância das disposições legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) demonstração do resultado do exercício; (iv) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo Único - As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.

Artigo 29º - A sociedade poderá, por determinação de seus órgãos de Administração, levantar balanços semestrais e, se estes acharem de interesse social, promoverão a distribuição de dividendos trimestrais à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral apurado.

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma gratificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5º, parágrafo terceiro, alínea "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. 8º, alínea "j".

Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária.

Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

## **CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO, DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Artigo 35º - A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, o Conselho de Administração nomeará um Diretor para atuar como liquidante.

Artigo 36º - A sociedade poderá, mediante resolução da Assembleia Geral com aprovação de acionistas que representem mais da metade do capital social com direito a voto, transformar-se, incorporar outras empresas, cindir-se em duas ou mais empresas e fundir-se com outras empresas.

Artigo 37º - As demonstrações financeiras de que trata o artigo vigésimo oitavo só se tornarão obrigatórias nos prazos determinados em lei.

Artigo 38º - Os casos omissos no presente estatuto serão regidos pela Legislação vigente.